

STJ00116128

CLÁUDIO DE CICCIO

História do **DIREITO** e do **PENSAMENTO JURÍDICO**

9ª edição

2023

saraiva  *jur*



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva **jur**

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4ª andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteadó
Gerência editorial Thais Cassoli Reato César

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
Marisa Amaro dos Reis

Design e produção Daniele Debora de Souza (coord.)
Rosana Peroni Fazolari
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Lais Soriano
Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Maria Chaves Carvalho
Emilly Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto

Diagramação Fabio Kato
Revisão Cecília Deus
Capa Tiago Dela Rosa
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Vox Gráfica

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

C568h De Cicco, Cláudio

História do Direito e do Pensamento Jurídico /
Cláudio De Cicco. - 9. ed. - São Paulo : SaraivaJur,
2023.

432 p.

ISBN: 978-85-5360-472-2

1. Direito. 2. História do Direito. 3. História do
Pensamento Jurídico. I. Título.

2022-3530

CDD 340.01
CDU 340.12

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito: História do Direito 340.01
2. Direito: História do Direito 340.12

1231312

Data de fechamento da edição: 5-11-2022

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA

2140

CL

608129

CAE

630780

ÍNDICE



NOTA DO AUTOR À 9ª EDIÇÃO, XVII

INTRODUÇÃO METODOLÓGICA, I

- As bases antropológicas da História e o método histórico-crítico, I*
Bases hermenêuticas ou críticas das fontes históricas, 3
As implicações da História com a Ciência Política e a Teoria Geral do Estado, 4
Noções básicas de Filosofia e de Filosofia do Direito: o Direito no mundo da cultura, 8
Teoria dos ●jetos do Conhecimento, 10
A história do pensamento jurídico, 11

PARTE I

HISTÓRIA DO PENSAMENTO JURÍDICO ANTIGO

CAPÍTULO I — ANTIGUIDADE ORIENTAL, 15

O EGITO, 15

- Religião e realeza, 15
Usos, costumes e instituições jurídicas, 17
Cultura dos egípcios, 18

A CIVILIZAÇÃO DA MESOPOTÂMIA: ASSÍRIOS E CALDEUS OU BABILÔNICOS, 19

- O Código de Hamurabi, 19
As ciências e artes na Caldeia, 20
Astrologia e astronomia, 21

HEBREUS — PERSAS — FENÍCIOS, 22

- Os hebreus e o Decálogo, 22
O Império Persa, 25
Os fenícios: um povo de comerciantes — Cartago, 25

CAPÍTULO II — HISTÓRIA DO DIREITO ANTIGO
O DIREITO GREGO, 27

A GRÉCIA, 27

Tempos heroicos, 27

Os Trabalhos e os Dias — O Mito das Cinco Idades e o problema da justiça, 28

Esparta e Atenas — o século de Péricles, 33

O PENSAMENTO JURÍDICO GREGO, 35

A ideia de direito natural na Grécia, 35

Os pré-socráticos e a ideia de justiça, 35

A filosofia de Sócrates, Platão e Aristóteles, 35

As guerras greco-pérsicas, 37

ALEXANDRE MAGNO, 38

A hegemonia macedônica, 38

A ascensão de Alexandre, 39

A obra de Alexandre, 40

CAPÍTULO III — O DIREITO ROMANO, 42

A tradição primordial, 42

A influência da organização familiar: a *polis* e a *civitas*, 47

ROMA NO TEMPO DA MONARQUIA, 50

O DIREITO QUIRITÁRIO, 50

Os reis de Roma, 50

A Lei das Doze Tábuas, 51

Modificações trazidas pelas Doze Tábuas, 53

A questão social em Roma, 53

O direito pretoriano, 54

O direito romano clássico, 55

A influência da filosofia estoica: o direito natural e o direito das gentes (*jus gentium*), 57

OS CÉSARES OU IMPERADORES ROMANOS, 58

Júlio César, 58

O Primeiro Triunvirato em Roma, 58

- Os idos de março e o Segundo Triunvirato, 60
- Os 12 Césares ou imperadores romanos, 61
- O triunfo do Cristianismo, 63
- O direito romano pós-clássico ou do dominato, 66
- O Império Romano Bizantino, 70
- A codificação de Justiniano — o *Corpus Juris Civilis*, 70
- A Sedição Nika — o Exarcado de Ravena, 71

CAPÍTULO IV — A FILOSOFIA CRISTÃ DA HISTÓRIA, 73

- Santo Agostinho, 73
- O Estado, 74
- A luta entre as duas cidades, 74
- O livre-arbítrio, 76
- A hierarquia das leis, 76

PARTE II

O DIREITO NA IDADE MÉDIA

CAPÍTULO I — A ALTA IDADE MÉDIA, 79

CARLOS MAGNO E O FEUDALISMO, 79

- Os bárbaros e a civilização ocidental, 80
- A Cavalaria, 81
- O papel da Igreja na instituição das Ordens de Cavalaria, 82
- O Império Carolíngio, 85
- A obra jurídica de Carlos Magno, 86
- O feudalismo, 87

CAPÍTULO II — O SACRO IMPÉRIO GERMÂNICO — AS CRUZADAS — O DIREITO E A FILOSOFIA NA IDADE MÉDIA, 89

- Formação do Sacro Império Romano-Germânico: o Primado do Papa, 89
- As Cruzadas: suas causas e consequências, 90
- MAOMÉ E O ISLAMISMO, 92**
- A doutrina islâmica, 93

A expansão do Islamismo (séculos VI-XI),	93
A Terceira Cruzada e sua importância para a Inglaterra,	96
A COMMON LAW E A MAGNA CHARTA,	97
<i>A Common Law,</i>	97
John de Salisbury,	99
<i>A Magna Charta</i> de 1215,	99
A Monarquia francesa — O direito costumeiro e os privilégios corporativos,	100
As cidades do comércio,	101
As ordens mendicantes e a filosofia no século XIII,	102
A hierarquia das Leis,	103
O PENSAMENTO JURÍDICO MEDIEVAL,	104
O direito natural da Escolástica,	104
<i>A Suma Teológica</i> de São Tomás de Aquino, o Averroísmo e o Nominalismo,	104
Os Cátaros ou Albigenses no sul da França,	105
Últimos tempos da Idade Média: o processo dos Templários e a Guerra dos Cem Anos,	105
A Guerra das Duas Rosas na Inglaterra,	109
CAPÍTULO III — OS RAMOS DO DIREITO MEDIEVAL,	110
A união da Europa na Cristandade Medieval,	110
O direito visigótico,	113
O direito canônico,	117
A transição para o Estado Moderno,	121

PARTE III O DIREITO NA ÉPOCA MODERNA

INTRODUÇÃO, 129

 O Humanismo, 129

CAPÍTULO I — O RENASCIMENTO, 131

 Persistência da cosmovisão de São Tomás de Aquino, 135

CAPÍTULO II — A POLÍTICA DO ABSOLUTISMO E O DIREITO DIVINO DOS REIS, 137

O direito divino dos reis, 137

CAPÍTULO III — REFORMA E CONTRARREFORMA, 140

A Reforma, 140

A Contrarreforma, 143

A RESTAURAÇÃO DO TOMISMO, 144

A impregnação voluntarista na Escolástica Tardia e o antiabsolutismo, 144

AS ORDENAÇÕES DO REINO DE PORTUGAL, 146

Ordenações Afonsinas, 146

Ordenações Manuelinas, 147

Ordenações Filipinas, 147

CAPÍTULO IV — AS GUERRAS DE RELIGIÃO — O ABSOLUTISMO MONÁRQUICO E O POSITIVISMO JURÍDICO ESTATAL DE THOMAS HOBBS, 149

Felipe II e a Contrarreforma, 149

A vitória de Henrique IV, 150

A marcha para o absolutismo na França: o cardeal de Richelieu, 152

A França de Luís XIV e o absolutismo monárquico, 154

A Revolução Inglesa: Cromwell, 156

O Estado Totalitário ou “O Leviatã” de Thomas Hobbes e o positivismo jurídico, 157

CAPÍTULO V — O PENSAMENTO JURÍDICO LIBERAL, 160

O advento do individualismo filosófico e jurídico: Hugo Grócio, 160

A Declaração de Direitos de 1688 e o liberalismo de John Locke, 166

Os puritanos na América, 166

Liberalismo e contratualismo, 167

Iluminismo e Despotismo Esclarecido, 171

Racionalismo e Criticismo: de Descartes a Kant, 175

Do Iluminismo teórico à aplicação prática: a codificação de Frederico II da Prússia, 185

PARTE IV

O DIREITO NA IDADE CONTEMPORÂNEA**CAPÍTULO I — A REVOLUÇÃO FRANCESA, 193**

- As doutrinas revolucionárias, 193
- O exemplo das colônias inglesas da América do Norte, 196
- A Assembleia dos Estados Gerais se torna Constituinte, 196
- A luta pela República, 198
- A Convenção e o “Regime do Terror”, 198
- A queda de Robespierre — O Governo do Diretório, 200

CAPÍTULO II — A CONSOLIDAÇÃO DA REVOLUÇÃO: NAPOLEÃO BONAPARTE, 202

- O 18 Brumário — o Consulado — o Império, 202
- O Consulado de Bonaparte, 203
- O Império Napoleônico, 204
- As campanhas de Napoleão: de Austerlitz a Waterloo, 206
- O significado do Código Civil francês de 1804, 209
- O Código Civil: a consolidação da Revolução Francesa, 212
- A Escola de Exegese e o problema das lacunas do Código Civil francês, 215

CAPÍTULO III — O HISTORICISMO, O ROMANTISMO E O IDEALISMO ALEMÃO, 218

- Análise do historicismo idealista, 218
- A reação contrarrevolucionária: Joseph De Maistre, 218
- Escola Histórica e Romantismo, 223
- O Idealismo alemão: Fichte, Schelling e Hegel, 228
- Análise do Historicismo marxista, 240
- O Marxismo, 241
- A Escola Jurídica Italiana: Contardo Ferrini, 248

CAPÍTULO IV — A EUROPA NO SÉCULO XIX: OS NACIONALISMOS — OS IMPÉRIOS COLONIAIS, O POSITIVISMO FILOSÓFICO DE AUGUSTE COMTE, O EVOLUCIONISMO DE HERBERT SPENCER E RUDOLF VON JEHRING 252

O Congresso de Viena e a Santa Aliança, 252

A Restauração e a Revolução de 1830, 253

As consequências socioeconômicas do liberalismo e a doutrina social da Igreja, 254

A Revolução Social de 1848, 258

A UNIFICAÇÃO DA ITÁLIA E DA ALEMANHA, 260

Itália, 260

Alemanha, 261

OS IMPÉRIOS COLONIAIS, 262

A América Espanhola, 262

O Colonialismo na África, 263

O POSITIVISMO FILOSÓFICO DE AUGUSTE COMTE, 264

I. A Lei dos Três Estados ou Estágios, 266

II. A Classificação das Ciências, 267

III. A Humanidade, 268

O EVOLUCIONISMO DE HERBERT SPENCER E RUDOLF VON JHERING, 270

A ideia de justiça para Herbert Spencer, 271

Rudolf Jehring e a luta pelo direito, 272

CAPÍTULO V — O PENSAMENTO JURÍDICO NO SÉCULO XX, 274

A Primeira Guerra Mundial, 274

A Revolução Russa: Lenin, Stalin, Trotski, 276

O Tratado de Versailles, 276

O cinema de Hollywood e o fim da “Belle Époque”, 277

O fascismo e o nacional-socialismo: Mussolini e Hitler, 280

O normativismo de Hans Kelsen, 283

O fascismo e o direito: Giovanni Gentile, 283

O nazismo e o direito: Carl Schmitt, 285

O comunismo e o direito: Stuchka e Pachukanis, 286

A Escola da Livre Pesquisa do Direito: François Géný, 286

- A Escola Institucionalista: Santi Romano, Maurice Hauriou, 287
 Maurice Hauriou e o conceito de ideia diretriz da instituição jurídica, 288
 A Segunda Guerra Mundial, 289

CAPÍTULO VI — O PENSAMENTO JURÍDICO NO SEGUNDO PÓS-GUERRA, 294

- O “Americanismo”: a ascensão econômica e cultural dos Estados Unidos, 294
 O realismo jurídico americano: Jerome Frank, 295
 John Rawls e o neocontratualismo, 295
 Gioele Solari e o idealismo social e jurídico, 296
 Recaséns-Siches e a lógica do razoável, 297
 O retorno da jusfilosofia aristotélico-tomista: Jacques Maritain, Heinrich Rommen e Michel Villey, 298
 Chaïm Perelman e a nova retórica, 301
 Conflitos do segundo pós-guerra no mundo, 302

PARTE V

O PENSAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

CAPÍTULO I — O PENSAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO DO PERÍODO COLONIAL, 307

- O período colonial, 307
 As capitanias hereditárias, 307
 O Governo-Geral, 309
 O Município no Brasil Colônia, 311
 O pensamento jurídico e político do Brasil Colônia, 312
 A Inconfidência Mineira de 1789, 314
 A Conjuração Baiana de 1798, 315

CAPÍTULO II — O PENSAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO DO PERÍODO IMPERIAL, 317

- O período imperial, 317
 Independência, patriarcalismo, separatismo x centralismo (1820-1840), 317

- As ideias jurídicas e políticas do Brasil Império, 318
- A Confederação do Equador, 319
- A abdicação de Dom Pedro I, 320
- Período regencial: levantes contra a monarquia, 321
- A Cabanagem (1835-1840), 321
- A Sabinada (1837-1838), 322
- A Balaiada (1838-1841), 322
- Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos (1835-1845), 323
- O Segundo Império, 327
- Os ingleses: influência cultural e modernização, 327
- Evolucionismo, laicismo, individualismo, 332
- Reflexos na doutrina dos juristas do Império. A reação contra o Projeto de Código Civil, 334
- José de Alencar: características de sua obra de ficção: uma análise sociológica, 334
- A “Consolidação das Leis Civis” e o “Esboço do Código Civil” de Teixeira de Freitas, 338
- Alencar e a sistemática do “Esboço”, 339
- Reflexos na jurisprudência: a força cogente das Ordenações Filipinas em matéria civil e penal durante o Império, 344
- Reflexos na jurisprudência: ela deixa de ser pacífica nos Tribunais, 348
- As tendências patriarcalistas nos Tribunais provinciais, 348
- A Guerra do Paraguai, 348
- A queda da Monarquia, 350

CAPÍTULO III — O PENSAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO DO PERÍODO REPUBLICANO, 351

- A mudança da forma de governo: o positivismo de Auguste Comte e a República, 351
- O federalismo republicano: Rui Barbosa, 352
- A República Velha (1894-1930), 353
- A Revolta de Canudos na Bahia, 354
- Outros presidentes, outros problemas para enfrentar, 355
- A Revolta de Juazeiro no Ceará, 356

- A Revolta do Contestado, 357
- A ideia de autoridade na República Velha, 358
- O aumento da burocratização, 364
- O legalismo, 366
- Clóvis Beviláqua: a formação pandectista, 367
 - A Filosofia de Clóvis Beviláqua, 367
 - O pensamento jurídico de Clóvis Beviláqua, 372
- Fatores que facilitaram a promulgação do Código Civil Brasileiro de 1916, 374
 - As novas condições econômicas e sociais, 374
 - A formação da classe empresarial, 374
 - A “sociedade cosmopolita”, 377
- Euclides da Cunha (1866-1909), 379
- Oliveira Vianna e Alberto Torres, 379
- A Segunda República, 380
- A Revolução Paulista de 1932, 381
- Plínio Salgado (1895-1975) e a Ação Integralista Brasileira (1932-1937), 381
- A Intentona Comunista de 1935, 382
- A Terceira República ou o Estado Novo, 382
- A Quarta República, 384
- A Ditadura Militar, 385
- A Constituição Brasileira de 1988, 387
- O Brasil contemporâneo, 388

CAPÍTULO IV — JURISTAS BRASILEIROS DA VIRADA DO SÉCULO XXI, 390

- Miguel Reale (1910-2006) e sua Teoria Tridimensional do Direito, 390
- José Pedro Galvão de Sousa (1912-1992) e o pensamento tomista tradicional, 393
- Goffredo Silva Telles Jr. (1915-2009), 394

BIBLIOGRAFIA, 399